

Tribunal Judicial de Lisboa

Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Processo Penal n.º 2023/0456

Assunto: Burla informática por phishing – Transferências fraudulentas de € 32 000

Lisboa, 15 de março de 2024

DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL

Vistos os autos do processo penal supramencionado, em que figura como **Autor/Requerente** o Ministério Público, representado pela **Procuradora Dr^a Marta Santos (OA 54321)**, e como **Réu/Requerido João da Silva**, residente em Lisboa, e tendo em conta as **petições de diligências** apresentadas pelo Ministério Público e pela defesa, **Dr^a Ana Pereira (OA 12345)** e **Dr Luís Carvalho (OA 67890)**, passo a deliberar:

1. Fundamentação

1.1. Nos termos do artigo 22.º do Código de Processo Penal, a prática de atos de investigação prévia e de instrução criminal é imprescindível para a formação da convicção do juiz e para o exercício do direito de defesa.

1.2. O Ministério Público, em sua peça de acusação, descreve a prática de burla informática tipificada no artigo 217.º do Código Penal, mediante a utilização de técnicas de *phishing* que resultaram em transferências bancárias fraudulentas no montante total de **€ 32 000**, efetuadas entre os dias **10 e 25 de março de 2023**.

1.3. A defesa, por sua vez, apresentou impugnação parcial da acusação, requerendo a produção de prova pericial informática, a oitiva de testemunhas e a realização de diligências de busca e apreensão de dispositivos eletrónicos que, segundo a sua tese, poderiam comprovar a inexistência de dolo.

1.4. Assim, nos termos dos artigos 31.º e 34.º do Código de Processo Penal, bem como do artigo 69.º do Código de Processo Civil, que regula a prática de atos de instrução, **instaura-se a fase de instrução criminal** e determinam-se as diligências solicitadas, com os respetivos prazos para cumprimento.

2. Diligências a praticar

N.º	Diligência	Responsável	Prazo para cumprimento
1	Requisição de dados bancários (extratos, comprovativos de transferência e identificação de beneficiários) ao Banco Caixa Geral de Depósitos , sucursal Lisboa, referentes ao período de 1.º de março a 31 de março de 2023.	Ministério Público – Procuradoria	15 dias úteis

N.º	Diligência	Responsável	Prazo para cumprimento
2	Oitiva da vítima (identificada como Maria Fernandes , NIF 224567891, residente em Rua da Prata, 45, 1150-273 Lisboa).	Ministério Público – Procuradoria	10 dias úteis
3	Nomeação de perito informático para análise dos e-mails de phishing, registos de IP, e dos dispositivos eletrónicos apreendidos (smartphone e computador portátil).	Juiz de Instrução Criminal	20 dias úteis
4	Busca e apreensão de dispositivos eletrónicos (smartphone, tablet e computador portátil) na residência do réu, situada na Rua das Flores, 12, 1200-345 Lisboa.	Polícia Judiciária – Unidade de Investigação Criminal	5 dias úteis
5	Requisição de logs de correio eletrónico ao provedor Mail.pt , relativos aos endereços eletrónicos utilizados nas mensagens de phishing (ex.: noreply@banksecure.com).	Ministério Público – Procuradoria	12 dias úteis
6	Oitiva do réu para esclarecimento dos factos, nos termos do artigo 236.º do Código de Processo Penal.	Ministério Público – Procuradoria	8 dias úteis

3. Determinações gerais

3.1. Comunicação às partes: O presente despacho será notificado, simultaneamente, ao Ministério Público, à defesa (Dr^a Ana Pereira e Dr Luís Carvalho) e ao réu, nos termos do artigo 104.º do Código de Processo Penal.

3.2. Intimação da Polícia Judiciária: Para a prática da diligência de busca e apreensão, devendo ser observados os requisitos de ordem judicial e o respeito ao princípio da proporcionalidade.

3.3. Cumprimento dos prazos: O não cumprimento dos prazos fixados implicará a aplicação das sanções previstas nos artigos 119.º e 120.º do Código de Processo Penal, nomeadamente a imposição de multas coercitivas.

3.4. Arquivamento dos autos: Após a prática de todas as diligências acima enumeradas, os autos deverão ser remetidos ao Juízo de Instrução Criminal para apreciação das conclusões periciais e das declarações

colhidas, com vista à elaboração do relatório de instrução.

3.5. Registo: Proceda-se ao registo deste despacho no processo nº 2023/0456, com a devida atualização do índice de atos processuais.

4. Conclusão

Por tudo o exposto, instaura-se a fase de instrução criminal nos termos acima especificados, ordenando-se a prática das diligências enumeradas, com os prazos respectivos, devendo as partes ser notificadas e o cumprimento ser certificado nos autos.

Assim, decido.

Juiz de Instrução Criminal n.º 4
Tribunal Judicial de Lisboa

(Assinatura eletrónica certificada)